

## - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

Aos vinte dias do mês de maio de 2020, nas instalações do Auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, sita na Rua da Bandeira, União de Freguesias do Barreiro e Lavradio, teve início pelas dezasseis horas e quarenta e dois minutos, uma Reunião Ordinária Pública do Órgão Executivo da Câmara Municipal do Barreiro, sob a presidência do senhor Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa estando presentes os seguintes senhores vereadores: João António da Silva Pintassilgo, Zélia Leal Mendes da Silva, Rui Miguel Santos Braga, Rui Pedro Gaspar Lopo, Pedro Miguel Estrela, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre, e Bruno Jorge Viegas Vitorino.

Os senhores vereadores **Sara Isabel da Conceição Ferreira, Sofia Amaro Martins, Paulo André Raposo de Assunção Fernandes, Sónia Isabel Oliveira Lobo**, por motivos profissionais foram substituídos pelos senhores vereadores **Zélia Leal Mendes da Silva, Pedro Miguel Estrela, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre e Cristiano Castanheira** que acabou por não comparecer na reunião.

A ordem do dia da reunião faz parte integrante da presente ata e encontra-se inserta no final da mesma como "**Anexo A**".

## - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -

Nos termos do disposto no art.º 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro foi iniciado o período antes da ordem do dia, onde se apresentaram e debateram assuntos de interesse geral da autarquia.

O **Presidente Frederico Rosa** iniciou a sua intenção fazendo o ponto de situação relativamente ao COVID 19 no concelho de sexta feira para o dia de hoje. A evolução é que infelizmente, aumentou o número de casos infetados. Aumentou, também, o número de recuperados. A novidade é o início das aulas nas escolas. Acompanhamos o início das aulas e fizemos alguma pedagogia. Verificámos, principalmente, que no 11º e 12º ano as escolas estiveram bem organizadas, o número de alunos foi muito díspar em todos os agrupamentos. Houve agrupamentos que tiveram a grande maioria de alunos nas aulas presenciais, houve outros agrupamentos que tiveram uma quantidade muito diminuta. Para terem uma ideia pedi um resumo por universo de escola e pelos que marcaram presença no 1º dia. Na escola de Stº André estavam previstos 300 alunos e estiveram presentes cerca de 70. Na Augusto Cabrita estavam

previstos 250 alunos e 30 compareceram às aulas. Na escola Alfredo da Silva estavam previstos 190 alunos e 150 compareceram às aulas. Na escola de Stº António da Charneca e estavam previstos 100 e 50 compareceram às aulas. Na escola dos Casquilhos estavam previstos 290 e 250 compareceram às aulas. Daquilo que nos apercebemos também havia escolas que davam a oportunidade para além das aulas presenciais, a preparação para os exames e a possibilidade de acompanhamento via online por parte dos professores. A nota que fica é que houve muita responsabilidade das escolas, e que correu tudo dentro da normalidade por parte dos alunos, auxiliares e professores. É este o retrato deste 1º dia de aulas.

O **Vereador Bruno Vitorino** iniciou a sua intervenção interpolando a mesa acerca da condução dos trabalhos e pretendendo que esta discussão seja feita no início dos trabalhos, para que se possa rapidamente e em conjunto refletir e definir se possível já para esta reunião um conjunto de regras que se apliquem a todos. Dirigindo-se ao Sr. Presidente, o Vereador referiu que não existe um regimento aprovado, mas que se pode ter um conjunto de regras a utilizar entre todos. Não percebe porque é que não têm o tempo a ser medido, para que seja indicativo e para autocontrole de cada um. Uma segunda sugestão seria que fosse estipulado um tempo máximo por Vereador, sem prejuízo de haver mais dois ou três minutos durante a discussão na ordem de trabalhos.

O **Presidente Frederico Rosa** concordou em absoluto. Em tempos penso que tinha enviado para todos um draft de regimento. Para além de discutirmos coisas que já não é o ponto da discussão, mas também para quem nos está a ver é uma comunicação inócua daquilo que se passa. Concordo, no draft, que vos enviei á quase um ano, basicamente era o quê? Era cinco minutos por vereador o que fazia no caso do PS teria um conjunto de 20 minutos por proposta, no caso da CDU tinha vinte minutos por proposta e no caso do PSD garantia sempre um mínimo de dez minutos. Não contando para isto o tempo de apresentação de propostas que era até cinco minutos por proposta e depois obviamente as outras figuras regimentais e também obviamente o bom senso. Concordo em absoluto, mas tenho de colocar à consideração dos outros vereadores.

O **Vereador Rui Lopo** iniciou a sua intervenção afirmando não ter nenhuma oposição a que se estipule tempos. Evidentemente que é uma regra indispensável para questões de eficiência da reunião, no entanto, o que nos parece é que pela experiência que temos, falamos todos, mais ou menos, o mesmo tempo. *Senhor Presidente, o efeito da moderação é indispensável.* Quantas vezes entramos numa lógica da abordagem argumentativa que muitas das vezes foge àquilo que é o âmago da proposta que está a ser discutida, e nós temos que com a nossa maturidade política procurar fugir a essas discussões laterais nos pontos. Aparentemente, e é claro que estas coisas têm de ser testadas, vinte minutos por proposta parece-nos, mais ou menos nesse quadro,

ser razoável, mas há uma nota que parece importante é que tipicamente para os documentos de caráter especial ou de maior complexidade, pode haver necessidade de debater mais. Claro que fazendo uso sempre de bom senso, pode haver necessidade de falar um pouco mais, e será preciso ter em atenção que podemos ter de argumentar com outros aspetos que podem não caber em vinte minutos. Não contando o tempo de apresentação das propostas, que maioritariamente vem dos vereadores que tem pelouro, e portanto, logo os vereadores que não tem pelouro não tem esse tempo argumentativo para o que estão a apresentar, e nós temos o mesmo número de eleitos do que o partido socialista que tem a Presidência da Câmara. Volto a frisar a questão do bom senso e que este equilíbrio é preciso para todos. Há que nos disciplinar, não fugindo ao essencial, genericamente estamos de acordo.

O **Vereador Rui Braga** iniciou a sua intenção afirmando que genericamente está de acordo, e quero aqui fazer meia culpa. Acho que se tivéssemos o acordo base desde que o Sr. Presidente nos enviou o draft, de cinco minutos por bancada e por vereador e a flexibilidade para com o vereador Bruno Vitorino e isto sendo a regra e percebendo que quem apresenta a proposta tem mais tempo. Isto não quer dizer que em alguns pontos nós não tenhamos de acrescentar blocos de dez minutos e pudéssemos estar todos de acordo com o ponto. Podíamos fazer hoje, e prestávamos um bom serviço, na minha opinião era chegar a um acordo para que as reuniões sejam mais balizadas.

O **Vereador Rui Lopo** pediu a palavra para acrescentar o seguinte: esqueci-me de dizer um argumento extremamente importante para a eficácia e eficiência das sessões de Câmara, que é o número de pontos na ordem de trabalhos, muitas vezes isso não é atendido pelo Sr. Presidente que é quem gere a coordenação dos pontos a inscrever na ordem de trabalhos. Não podemos ter sessões de Câmara que tenham algum debate, que aliás é o que queremos, que seja um debate com substância, um debate eficaz de natureza política, sobre as opções que queremos tomar e se inscrevermos mais de vinte pontos isso não é possível. É que mais de vinte pontos, se pusermos vinte minutos para cada bancada que tem de falar, mais dez minutos, mais os tempos mortos, mais as figuras que podem ser utilizadas legitimamente, já estamos de certeza a falar de uma reunião que vai lá das cinco horas. O que é indispensável, e que não tem de ficar hoje aqui definido, é que não podem ter ordens de trabalho com muitos pontos, e em muitas das vezes temos muitos e com pontos complexos. A complexidade dos pontos não é técnica, é uma complexidade política. Discussão política e apreciação política, que é aquilo que temos de fazer aqui. O desafio que lançamos, é que não só devemos fixar e balizar uma orientação de tempos para as discussões, mas também temos de acordar um número limite de pontos e a sua complexidade por sessão de câmara.

O **Presidente Frederico Rosa** afirmou que há muito tempo que acompanha e já fez aquilo que o Sr. Vereador Bruno Vitorino fez, que foi a contabilização do que se perde em discussão. Independentemente e em graus diferentes, só uma coisa é que não devemos individualizar e devemos dizer que todos contribuimos para isso. Também, já fiz a apreciação daquilo que o Sr. Vereador Rui Lopo disse aqui. Sabendo que não é comparável, como sabemos neste mandato há muito menos competências delegadas, quer dizer que há muito mais matérias que têm de vir ao órgão. O que eu quero dizer é que não existe relação entre o número de pontos e o tempo que dura a sessão. Podíamos estabilizar aqui sem regimento. Para poder concretizar, adendar um ponto verbal para ser introduzido como primeiro ponto e podermos votar. Com a concordância que não é um regimento. O que a Lei prevê é um período de uma hora antes da ordem do dia. O que queria propor era o seguinte: cinco minutos por vereador, e no caso do vereador Bruno Vitorino que é único no seu partido um bloco de dez minutos. As propostas com cinco minutos, independentemente das outras figuras e sempre que haja algum assunto que os Srs. Vereadores (ou Bancada) queira mais tempo sinaliza no início da reunião junto da mesa e acrescenta-se cinco minutos para todos. Se entenderem por bem este modelo nós podemos fazer uma introdução de um ponto verbal e colocar apenas de enquadramento de tempos.

O **Vereador Bruno Vitorino** afirmou que o seu objetivo não era transformar a sua proposta numa discussão formal e que iria ter como indicativo, até discussão formal, os pontos que o Sr. Presidente acabou de mencionar. Nesse sentido, tentará controlar o seu tempo de intervenção, utilizando o seu telemóvel para se autocontrolar e autorregular, de modo a que não ultrapasse o tempo sugerido.

Como princípio refere que é difícil passar dos vinte minutos para os dez minutos, será razoável se for entre partidos, mas não entre eleitos. Se houver delegação total de tempos já será tema para outra discussão que deixa para outra altura própria. Termina dizendo que se considera autorregulado para os dez minutos de intervenção por ponto, tal como sugeriu o Sr. Presidente.

O **Vereador Rui Lopo** tomou a palavra para dizer que há um aspeto importante que o Senhor Presidente afirma e que nós não temos a mesma leitura sobre o ponto antes da ordem do dia. O ponto antes da ordem do dia está com esse caráter de uma hora no quadro legal, mas é uma indicação genérica que a lei prevê. A lei não faz uma interpretação restrita, porque o quadro da lei permite que possam haver várias sessões de Câmara. Para todas as pessoas que nos seguem, o ponto antes da ordem do dia é onde podemos discutir assuntos da cidade que não tenham necessariamente de ser propostas, e se for dividida aquela hora pelo número de vereadores, assim de cabeça tenho a ideia que cabem cinco minutos por vereador. Ora, numa terra como o Barreiro cinco minutos por vereador não chega para discutir a cidade, não chega Senhor Presidente. Estar a colocar o ponto dizendo que nós nunca cumprimos com a lei, não é

um tónico que devemos colocar. Todos nós devemos pugnar para que a discussão sobre a cidade se faça dentro dos limites do bom senso, mesmo que se demore mais meia hora ou até mesmo que nalguns casos seja necessário duas horas. É normal, que os pontos antes da ordem do dia possam ir para além daquilo que é o enquadramento base que o legislador previu. Sobre esta orientação genérica que estamos a traçar entre nós, também fazemos o mesmo entendimento. Procurar não dar muito formalismo, temos de conversar entre nós, era preferível não dar um peso demasiado formal e ver se realmente funciona e se não funcionar corrigimos.

O **Presidente Frederico Rosa**, Perfeitamente de acordo com o entendimento. É assim que faremos. Dizer uma coisa que me parece importante. Independentemente do entendimento que se possa ter da lei, o que é um fato é que o nosso entendimento aqui não é estrito da lei, porque temos alargado sempre o período. Mas aquilo que a lei diz, é que regula o tempo. É o único período que está regulado. Se os Srs. Vereadores quiserem falar entre si e autorregularem-se por mim perfeito. Ver se funciona. Da minha parte continuar a fazer o mesmo esforço para não intervir mais de dez minutos por ponto.

O **Vereador Rui Braga** fez ponto da situação das obras em curso. A remodelação da Retunda 25 de abril, o terreno da Grand Cor, o terreno do Gaio e também o início das obras do corredor ambiental já tiveram o seu início. Tiveram ontem a montar o estaleiro. Amanhã começa propriamente dita a obra com as máquinas a trabalhar. A sinalização já foi colocada. Vamos ter alguns meses pela frente com alguns constrangimentos. Os empreiteiros estão a mobilizar bem, sem nota de estarem a menos de 100%. Não temos informação que algum empreiteiro esteja com alguma dificuldade de mobilização. Das outras obras em curso temos a mesma informação. A Polis para a semana regulariza a mobilização de meios para as frentes que estão em curso na zona ribeirinha.

O **Vereador Pedro Estrela** iniciou a sua intenção deixando algumas notas relativamente à situação da Covid. Como é sabido e já temos discutido isso noutras sessões, a pandemia vai deixando marcas profundas no país, não só nas questões da saúde. Nas questões da saúde serviu para valorizar o Serviço Nacional de Saúde, a importância que é dotá-lo dos meios necessários para fazer face às suas competências. Nesse ponto foi possível demonstrar que é possível termos um SNS mais forte se realmente investirem nele. Também deixa marcas nos trabalhadores, quer sejam por conta de outrem, quer sejam trabalhadores independentes, micro, pequenos e médios empresários e na população mais desprotegida. Nós consideramos, que neste momento entramos numa nova fase de desconfinamento, entretanto, já muitos cafés, restaurantes abriram, creches, escolas e outros serviços da Administração Central também vão reabrindo embora com marcação. A vida vai tomando um percurso normal, ainda assim, alguns dados a nível nacional não são animadores, como a questão do desemprego, a questão do layoff,

com um milhão e trezentos mil trabalhadores, quebras enormes no setor do alojamento, restauração e as questões de um continuo aumento dos pedidos de apoio junto das autarquias, segurança social e a outras instituições. Em nosso entender, é fundamental termos em linha de conta, não só o que se passa no país, mas também no concelho. Temos tido algumas informações e o desenvolvimento sobre o número de infetados e de pessoas que entretanto melhoraram do seu estado de saúde. Contudo, consideramos que também ao nível de números, do ponto de vista social e económico é importante termos os números e saber do concelho, não sei se o Senhor Presidente ou algum outro elemento do executivo com pelouro têm esses dados. Nós achamos que é importante termos forma de conseguir alguns dados sobre a situação do concelho.

Relativamente ao acompanhamento que é feito junto dos trabalhadores da autarquia, o Senhor vereador João Pintassilgo tem trazido algumas informações sobre o retomar atividade, mas pergunta-se se existe algum feedback, ou algum levantamento feito, sobre a situação de alguns trabalhadores e dos seus agregados familiares. É necessário perceber se existem situações sociais que careçam de facto de alguma atenção por parte da Câmara, e possamos estar atentos a situações de desemprego ou de layoff de familiares de familiares dos nossos trabalhadores e que possam estar a passar por situações mais complexas. Devemos ter essa preocupação e ter uma ideia se temos no seio familiar dos nossos trabalhadores algumas situações dessas.

Sobre a execução das redes de saneamento, as intervenções nas redes de saneamento que têm sido feitas nas AUGIS, na Estrada Municipal 510 junto da Fonte do Feto, entretanto os trabalhos foram desenvolvidos, mas consideramos que o estado da via na zona da curva da Fonte do Feto e como se encontra neste momento é uma situação perigosa. Alguns carros tentando fugir ao estado da via deslocam-se para o eixo da estrada. É uma situação perigosa, esperamos que não leve a nenhum acidente. O pavimento enquanto não for totalmente repostado merece alguma atenção e revisão.

Em relação à Rua José Monteiro Vinhais em Palhais, pergunto qual é o ponto de situação. As obras decorreram e a situação do pavimento tem estado por resolver, pelo que, qual é o ponto de situação e quais as previsões?

Relativamente à Rua José Gomes Ferreira, no Lavradio, que era um espaço verde e que hoje já não é, entre a estação do Lavradio e a rotunda, nós consideramos que aquele espaço merece ser tratado. Achamos que merece ser repostado aquele espaço verde numa das principais entradas do Concelho.

O **Vereador João Pintassilgo** iniciou a sua intenção respondendo ao Sr. Vereador Pedro Estrela. Efetivamente temos um feed back que diria, fez-nos acelerar um processo que estava em curso tentando otimizar os meios para se criar um gabinete de Apoio Psicossocial. Neste

momento posso adiantar, que a 01-07-2020, vamos fixar 01/07 porque efetivamente a 01/07 recebemos uma mobilidade de um quadro que vai reforçar aquilo que temos neste momento. Os indicadores que neste momento temos sobre a situação da pandemia que estamos a viver como sabemos foi colocada à disposição dos munícipes numa linha de Apoio Social fundamentalmente dirigida ao exterior relativamente às questões relacionadas com a situação em que vivemos. Efetivamente chegou-nos através dessa linha trabalhadores da autarquia, que utilizam essa linha para nos colocar problemas dessa ordem. Dessa ordem que são dois tipos de situações normais, alguma angústia pela situação, sair ou não sair. A situação mais grave é talvez do ponto de vista socio económico que trabalhadores da autarquia que não perdem os seus rendimentos, mas os seus parceiros/as lá em casa tiveram perda de rendimento. Este feed back que tivemos fez-nos acelerar a implementação deste gabinete, neste momento apenas com base numa Psicóloga que esteve nessa linha de apoio social e que já era a Técnica Superior que estava prevista vir a integrar este gabinete. Neste momento ainda não temos um Técnico Superior afeto à Ação Social, fundamentalmente um Assistente Social. Nas condições de trabalho podemos dizer que, até na sequência de questões que foram levantadas nas últimas duas reuniões que é aquelas situações de alteração de horários e turnos. Neste momento ao abrigo da situação de estado de calamidade estamos numa situação de escalas e horários anormal face aquilo que queremos vir a retomar. De qualquer maneira essas situações que efetivamente foram concretizadas, que foram solicitadas aos serviços, que foi solicitado aos serviços no que diz respeito aos horários e escalas, que apresentassem propostas que dialogando com os trabalhadores, foi-nos feito chegar. Independentemente da reunião de informação que tínhamos feito com os sindicatos, o STAL solicitou-nos que remetêssemos em concreto as escalas e horários por unidade orgânica e quantificação de trabalhadores. Foi remetido por ofício ontem.

Relativamente às redes de saneamento na Fonte do Feto efetivamente é uma situação que se agravou, e temos vindo a minimizar com meios da Câmara, solicitando ajuda de empreiteiros, nomeadamente empreiteiros que não têm nada a haver com aquela obra propriamente dita. Teve a ver com aquele período de chuva em abril. Aquilo é uma zona em que não é suficiente ir lá por gravilha ou qualquer coisa do género porque rapidamente se enterra na lama. Esperemos que a situação se normalize com as solicitações que foram feitas e com o que foi desenvolvido pelo Gabinete de Estudos e Projetos, fundamentalmente o Eng.º Francisco Cristão que tem sido incansável tendo solicitado o apoio de alguns empreiteiros que estão naquele conjunto de obras. Passando a algumas informações que tenho para dar.

Amanhã vamos retomar a venda de bilhetes de bordo nos autocarros. É uma situação que estava suspensa, verificamos que efetivamente estava a haver alguma pressão por parte dos munícipes que a partir de uma certa altura não validavam os passes e começaram a ter de o fazer. Assim

não tendo os passes tinham de adquirir os bilhetes de bordo. A suspensão da venda de bilhetes de bordo, foi seguida por orientação da AML para a segurança da saúde dos motoristas. Esta situação foi feita por fases. Abriu-se a porta da frente para validar os títulos de transporte, implementou-se a cortina que isola o motorista, aguardava-se a oportunidade e decidiu-se que a partir de amanhã volta a ser possível adquirir o bilhete de bordo nos autocarros.

Outra questão que tem a ver com a água turva na zona mais central do Barreiro. Como provavelmente sabem, deve-se fundamentalmente às obras realizadas nesta zona, portanto obras de roturas ou obras de substituição de equipamentos que originou uma grande turvação na água. Para que não houvesse dúvidas fizemos estrategicamente duas amostras para análise da água e todos os parâmetros estão dentro dos valores paramétricos com exceção do valor da turvação, como era de calcular. Já se fez informação pública sobre esse fato. Recorremos a um laboratório que não é aquele que nos faz a prestação de serviço normal, porque não tinha capacidade para fazer o serviço. Recorremos à EPAL e em quarenta e oito horas recolheu as amostras e deu-nos os resultados das análises. A água continua sem problemas de qualidade exceto a turvação. Esta situação deve-se fundamentalmente à introdução de terra e inertes com as reparações das roturas que aconteceram.

Outra questão.

Como é que vamos controlar o acesso às nossas praias?

O Barreiro não tem praias de direito, mas tem praias de fato. Sabemos o que tem acontecido nos anos anteriores. Nesse sentido e para concertar posição entre os municípios da zona ribeirinha, enquanto membro do Conselho Diretivo da AMRS propôs e foi aceite que se fizesse uma concertação com os municípios de Alcochete, Moita, Barreiro e Seixal. Já foi feita uma reunião sobre essa matéria, onde ficou efetivamente decidido que cada um dos municípios façam um levantamento do que está a ser feito. No caso concreto do Barreiro, já estamos a fazer o levantamento do areal utilizável, na chamada praia de Alburrica. Esta é a praia que está estabilizada desde 2017 com os resultados das análises feitas. Com base nisso temos vindo a insistir com a nossa candidatura junto da APA para que a praia de Alburrica passe a ser classificada como praia fluvial. Portanto estamos a fazer o levantamento de toda a zona desde Alburrica, praia do Bento, Moinhos até à zona da Quinta do Braamcamp ao Bico do Mexilhoeiro. Estamos também a fazer o levantamento dos acessos ao areal. Para definir em função dos acessos, decidir deixar um ou dois acessos para podermos controlar as entradas. O Controlo das entradas vamos ver como fazer. Existe no mercado equipamentos muito interessantes. O fato é que temos de garantir o acesso dos munícipes aqueles espaços de forma controlada como recomenda as regras.



Em relação á candidatura de “Bio resíduos” ao POSEUR foi indeferida por causa do tarifário dos resíduos. Situação que já existe desde 2015, onde a Câmara vem insistindo com os seus argumentos. Nesta candidatura foi considerada uma condição imperativa imposta pela ERSAR junto da POSEUR. Ainda jogamos com as datas. Á uma data de 2018 que pela nossa leitura era uma recomendação, e se era uma recomendação tínhamos cinco anos para cumprir, mas não aceitaram a nossa argumentação. O que estamos já neste momento a fazer é a trabalhar no departamento de águas para vir ao encontro desta alteração tarifária. Pensava que havia outros concelhos na mesma situação que nós, mas não estão. Já concertaram o regulamento que a ERSAR queria que nós aceitássemos desde 2015.

O **Vereador Rui Braga**, deu nota de que na Rua Monteiro Vinhais a repavimentação que está incluída no Plano de Pavimentações do ano passado. Esteve em Tribunal, foi desbloqueado e estamos á espera do visto do Tribunal de Contas. Vamos lançar uma empreitada de administração direta para estabilizar os passeios à volta da Rua Monteiro Vinhais. Espero que esteja resolvido em 30 dias, que é o tempo que o Tribunal de Contas demora.

Atividade económica e dados específicos do tecido empresarial do Barreiro. Nós colocamos e temos feito muita comunicação sobre a Linha de Apoio para recebermos as dúvidas dos empresários. Através desta via ter algo mais concreto sobre a situação. A verdade é que a afluência a esta Linha tem sido quase inexistente, só meia dúzia de casos. A precessão que nós temos é daquilo que tem sido do nosso trabalho de rua e de observar e das conversas que tenho tido com alguns empresários no Barreiro. O comercio tradicional de forma geral tem reaberto quase todo. Não temos nota de nos ter chegado alguma informação á Câmara que alguma empresa do Barreiro esteja a passar por dificuldades relevantes. Aquilo que nós nos vamos apercebendo, nestes dois dias, em que o desconfinamento está a ser levado a cabo, de forma geral o comercio tradicional tem aberto. Qualquer iniciativa que possamos trazer para o Barreiro é sempre de salutar.

A **Vereadora Alexandra Silvestre** iniciou a sua intervenção colocando três questões, duas das quais disse que nem as coloca à discussão, porque a Senhora vereadora Sara Ferreira não está presente pelo que pede que posteriormente a vereadora lhes enviassem informação sobre as questões que vai colocar.

Uma questão é relativamente ao movimento associativo: tomamos conhecimento hoje que o movimento associativo já estará a ser informado sobre as verbas que irão receber de uma verba já decidida. Gostaríamos de conhecer quem é que vai receber, quem são os Grupos Desportivos e as Associações que vão receber e quais os valores. Que critérios é que foram utilizados para chegar aos valores, porque isso nós não temos e se nos pudessem enviar agradecia.

Aparentemente, as Associações recebem valores diferentes e gostávamos de perceber a ordem de valores que cada grupo desportivo e associação irão receber.

No próximo dia 1 de junho vai iniciar-se o desconfinamento do pré-escolar e a Câmara Municipal é responsável pelo ensino pré-escolar. Queríamos perceber que tipos de medidas é que estão a ser tomadas e que nos pudessem enviar porque temos algumas preocupações. Já percebi pela informação dos números que o Sr. Presidente deu, que ao nível do 11º e 12º há muita disparidade de frequência, mas também estamos a falar de alunos com uma idade que já podem ficar sozinhos em casa. No pré-escolar provavelmente não vai ser assim, e as turmas costumam ter vinte e poucos alunos, temos essa preocupação de como se vai dividir, como isso vai acontecer e o que se está a equacionar. Temos uma preocupação especial com o Jardim de Infância Tágides, porque enquanto os outros ficam em estabelecimentos do 1º ciclo e poderão dividir-se por outras salas, porque não estão a ser usadas, o 1º ciclo não vai reabrir, ali são só três salas de pré-escolar e para dividir poderá ser mais difícil.

A terceira questão prende-se com o que temos trazido várias vezes, que é relativamente aos EPIS para os trabalhadores.

Continua a chegar-nos informações que os trabalhadores não têm EPIS suficientes. E hoje chegou-nos a informação que, por exemplo, nos cemitérios, os trabalhadores não tinham máscara para utilizar. As pessoas foram à visita das campas e os trabalhadores estavam sem máscara. Era para chamar outra vez a atenção, percebo que pode não haver feedback ou dificuldade em perceber que já acabaram as máscaras e terem de ir levar mais, mas devemos ter atenção a essa situação.

O **Presidente Frederico Rosa** informou sobre a questão das verbas ao movimento associativo. Todas as verbas que foram aprovadas vieram discriminadas aqui na sessão de Câmara. Não sei se está a referir-se ao último pacote que aprovamos á duas ou três reuniões atrás. Teve por base critérios muito fixos e perante a informação que os clubes nos enviaram e a sua confirmação aplicava-se os critérios. É normal que as verbas não sejam iguais para todos porque a atividade é diferente em todos. Com a exceção que estava incluída naquela proposta, as IPSS levaram uma verba fixa.

Em relação ao Pré-Escolar fizemos o acompanhamento das aulas. O que se fez como pano de fundo foi preparar as salas como toda a gente fosse levar as crianças. Aplicamos as regras base implementadas pela DGS. Vamos continuar a analisar a situação e adequar consoante a estabilização da mesma.

As EPIS, nós estamos a fazer a distribuição pela autarquia, mas também por outras instituições quando somos solicitados, tal como fizemos no período mais crítico no início. O que acontece muitas vezes é que no desempenho das funções nem sempre é obrigatório o uso da máscara /

viseira. Não conheço o caso em concreto. O que temos de dizer é que temos capacidade para um mês de fornecimento das EPIS aos trabalhadores da autarquia. É uma aprendizagem contínua que fazemos nos locais de trabalho.

Sobre o que o Sr. Vereador Pedro Estrela disse é muito importante saber os números sobre a identificação no nosso concelho. Isto porque nos dá a radiografia mais fina e nós na nossa atividade vamos inferir nos casos que vamos conhecendo da realidade. Diria que existe um pouco de tudo. Existe pessoas com esperança no futuro do negócio. Uns equacionam o fecho ou não, outros acham que vão conseguir. Temos de estar atentos e criar mecanismos para as pessoas nos contatar. Os nossos serviços não podem esperar que nos contatem, temos de ser proactivos e contatar as pessoas. A nível dos dados estatísticos não vamos ter disponíveis antes do mês de junho.

O **Vereador Rui Lopo** pede a palavra para fazer algumas apreciações e notas que vêm de sessões anteriores. Crê que será a 3ª ou 4ª sessão de câmara que se continua a fazer sem a presença de público. Referiu que se permitiu que pessoas fossem assistir à abertura de propostas em pleno estado de emergência, também já se permite ir ao cemitério, mas não permitimos às pessoas poderem vir assistir às sessões de câmara, que deveriam ser públicas e presenciais, de acordo com as regras sanitárias e não apenas para quem tem computadores. Já falamos disto mais vezes e sobre proposta nossa, para que as pessoas passem rapidamente a poder exercer um direito que lhes é conferido que é o de assistir às sessões de câmara. Havendo possibilidade para isso e havendo possibilidade de agendar era bom que passássemos a fazer isso. Se é possível agendar para visitar um familiar no cemitério, também será possível agendar para pessoas que queiram vir às sessões de câmara expor os seus problemas.

Não permitir às pessoas que venham assistir á Sessão de Câmara Ordinária que são públicas e que existe condições para que possam vir assistir presencialmente parece-nos incorreto. Temos a certeza que é possível agendar a participação dos cidadãos numa sessão pública para a sessão de Câmara.

Sublinhar o aumento de casos no Barreiro. É significativo, face à média nacional. Isto é para introduzir o que vou dizer a seguir e não tem nada de especulativo. Parece-me relevante, se não atacarmos o assunto com a veemência que ele precisa ser atacado, se não o conhecermos, podemos mais uma vez estar a não adequar o nosso comportamento enquanto entidade que gere uma cidade para mitigar esta questão.

Sobre a Soflusa. Há cerca de quinze dias falámos da necessidade de interagir com a Soflusa. Já várias vezes foi colocado que os eleitos com pelouro têm de ir á Soflusa e exigir que a Soflusa adequa o seu comportamento tendo em vista mitigar a contaminação por Covid 19. Estou objetivamente a correlacionar o aumento de casos com a necessidade que nós temos de interagir

com estas entidades para adequar os comportamentos, adequar o seu funcionamento às necessidades que as pessoas têm nas suas deslocações. Ainda hoje, foi público nas redes sociais, as pessoas amontoadas quer à entrada dos torniquetes, quer nas salas de embarque e isto é inaceitável. Diria mais, inaceitável é nós enquanto autarquia não agirmos proactivamente junto da Soflusa para evitar que assim aconteça.

A mesma coisa com os autocarros dos TCB. Continuam muitas reclamações. Nós na semana passada demos o benefício da dúvida e nem comentamos. Basta ir ver a página do facebook dos TCB. Continuam muitas reclamações por várias carreiras, a carreiras 2 e 3 continuam cheias. Não é nada que não fosse expectável com os horários que estão a ser praticados. O Senhor vereador João Pintassilgo veio aqui dizer, que são horários praticados de agosto, como se os horários de agosto fossem feitos numa frequência fantástica. Nós sabemos que no mês de agosto temos menos autocarros mas também temos menos pessoas. Temos de ser mais rápidos a agir perante a adequação de horários, se é essa a metodologia a seguir tendemos em estar de acordo, mas temos de ser mais rápidos a agir sobre a metodologia de adequação dos horários à necessidade das pessoas e depois, há a necessidade de as pessoas terem informação. Passei por três paragens de autocarro e os horários que estão postos nas paragens são os horários de dezembro. Não pode ser. E a aplicação de telemóvel também está com muitas reclamações na página de facebook dos TCB, continua sem funcionar em devidas condições. Era muito importante darmos credibilidade ao funcionamento da organização. Senhor vereador João Pintassilgo, nós cremos que não cabe aos trabalhadores dos TCB, motoristas e outros, terem de estar nas nossas páginas a responder a munícipes, nem sempre da melhor forma. É preciso ter isto em conta. É preciso medir isto e é preciso credibilizar a organização. Aquilo que eu vi, durante a manhã de hoje, não credibiliza a organização. É importante a informação pública para todos terem acesso e é preciso corrigir. Chegaram-nos reclamações dos motoristas sobre as cortinas que foram adquiridas para isolar os motoristas dos transportes, parece que o equipamento não é o melhor equipamento, e parece que também, por não ser o melhor equipamento, muitos deles dispensam a sua utilização. Pedia-lhe vereador João Pintassilgo a sua atenção sobre esta matéria.

Depois, temos a questão da suspensão da cobrança do Título de Bordo que aliás ficou aqui confirmada. É preciso perceber a dimensão daquilo que aqui foi dito pelo Senhor vereador. Nós para decidirmos suspender a cobrança da Tarifa de Bordo, tinha de ser uma decisão do órgão Câmara. A sua revogação e o voltar a cobrar teria de ser novamente uma decisão de Câmara. Não cabe ao vereador João Pintassilgo, não cabe se quer ao Senhor Presidente da Câmara decidir unilateralmente que se suspenda ou se volte a cobrar. Pergunta-se? Será que por essa suspensão deixou-se de pagar o abono para falhas aos trabalhadores que deixaram de vender

os bilhetes de bordo? É porque se decidiu deixar de vender a bordo, presumo que se tenha deixado de pagar o abono para falhas, porque os trabalhadores deixaram de poder fazer trocos. Espero que não se tenha prejudicado os trabalhadores por causa disso. É um pormenor, mas é um pormenor importante.

Uma outra questão, não percebemos porque é que não vem a esta sessão de Câmara a doação do meio sabonete que cada trabalhador e IPSS receberam. Pelos vistos foi doado pela Sovena, mas que prontamente o município colocou um autocolante numa saboneteira onde pôs o sabonete. Queria que confirmassem o valor que está em causa, não só da oferta da Sovena que já devia ter vindo a sessão de câmara e lá está, é sempre dois pesos e duas medidas. Já está divulgado e distribuído, mas os formalismos de trazer à câmara a aceitação dessa doação é que não veio, isto é, ainda não houve decisão de aceitação e os aspetos formais não foram tidos em conta. Queremos confirmar quanto custaram as saboneteiras, que pode ser um pormenor, mas como ouvimos valores na casa dos milhares de euros, queremos confirmar, se sim ou não, ou se as saboneteiras foram mais caras que o próprio sabonete. O sabão foi doado - disse o vereador Rui Braga e o vereador Rui Lopo respondeu-lhe que ainda bem que foi dado. O vereador Rui Lopo continuou a dizer queremos perceber a dimensão destas coisas. A dada altura, não por causa do sabonete, mas por causa da saboneteira sai mais caro, e depois há um outro fator que é o de evitar alguma especulação que possa orbitar à volta do assunto. Mais uma vez, antes de informar o órgão câmara procurou-se publicitar tudo, fazer o marketing e a comunicação, e o órgão câmara ainda nem não é hoje que aceita a doação.

Outra questão é que temos feito algumas reuniões com empresários e com IPSS e não estamos tão otimistas quanto o vereador Rui Braga. Queremos transmitir confiança e temos feito em todos os inícios de sessões de câmara, do ponto de vista dos problemas de saúde pública que atravessamos, as pessoas que deixam de estar entre nós, aqueles que estão doentes, os trabalhadores, os empresários que estão a passar uma situação de grande dificuldade e que passamos a ver novamente filas de pessoas no centro de emprego. Senhor vereador Rui Braga, nós queremos transmitir confiança mas temos de perceber o que temos entre mãos.

Temos de perceber a situação concreta que estamos a viver, pior, a situação concreta que vamos viver ainda. É que muitas destas entidades viram-se desoneradas de um conjunto de obrigações, moratórias de empréstimos, pagamentos retardáveis de obrigações públicas, sociais e afins, que vão ter impacto nos próximos meses. Vão ter impacto no mês de junho, julho e quando estas contas aparecerem para pagar, a dificuldade vai-se manter, ou eventualmente, até se vai agravar. É importante termos esta consciência e não podemos afastar esta consciência da nossa discussão.

Estávamos a falar das IPSS, na semana passada tivemos aqui um episódio lamentável de contrapor aquilo que é a grande boa vontade e disponibilidade de várias organizações, de grupos de pessoas, de organizações formais legalmente constituídas, nós não devemos colocar umas contra as outras. Nós não devemos acicatar nunca, mas particularmente no momento em que vivemos, em que precisamos desta capacidade de intervenção pública, das pessoas se organizarem, das organizações todas ajudarem as pessoas, particularmente as IPSS. Ficamos aqui com algumas notas das reuniões com as IPSS, que são importantes os vereadores terem em conta.

Primeiro as IPSS não estão a ter apoios extra do estado. A opinião pública acaba por ficar com a sensação que estão a ser apoiadas, mas não estão a ter apoios do estado, e portanto, precisam da compreensão de todos nós, da ajuda de todos nós para continuarem a desempenhar o papel do dia-a-dia, sobretudo agora nesta fase de retoma da atividade económica, nesta fase de desconfinamento.

E registam dois ou três aspetos que entendem que podia ser importante a Câmara ajudar. Ajudar em aspetos formativos. Era muito importante dar formação aos técnicos de todas as IPSS, nas questões de Higiene e Segurança no trabalho e afins. Em escala, tem um custo residual para a Câmara. Depois, sobre a questão dos EPIS, têm-nos dito que a Câmara deu algumas no início, mas continuam com muitas dificuldades em ter os Equipamentos de Proteção Individual para os seus trabalhadores. Outra questão que também é importante é sobre o atraso dos testes, se bem que é certo, não ser da responsabilidade da Câmara, a obtenção do resultado dos testes. Algum atraso nos resultados dos testes ao covid 19 que lhes foram feitos tem dificultado este processo de início de desconfinamento, particularmente para as creches. Algumas delas não entraram em funcionamento no prazo previsto exatamente por não ter toda a massa de trabalho disponível para suportar essa atividade.

Uma outra questão, o vereador João Pintassilgo já falou aqui da rotura da água. Tive oportunidade de lhe ligar no sábado de manhã. A nota comunicada pela Câmara já foi muito tarde, porque a turvação da água começa por volta das 19h00 de sexta-feira e a informação foi feita no final da manhã de sábado, ou seja, mais de 16h00 naquela situação. Tive a oportunidade de comunicar ao Senhor vereador João Pintassilgo que a trabalhadora que estava a receber os telefonemas do piquete, não tinha informação nenhuma do que se estava a passar. A Senhora recebeu centenas de telefonemas sem poder dizer às pessoas o que se estava a passar. O foco deve ser também informar pessoas, e já agora, a turvação não será normal, mas pelas palavras do vereador estará a acompanhar a situação.

Para terminar, vou falar de um assunto que é o mais chato deles todos. Ainda há uns dias estava a falar de ética e de política com um amigo e até estava a discordar dele, mas passei a dar-lhe

razão de que a ética é ideológica. E nós, enquanto órgão, há aspetos no nosso funcionamento que temos de ter absoluta confiança do funcionamento da câmara, na coordenação que é feita pelo Presidente da Câmara, e já não bastava a forma como foi conduzido o processo da Quinta do Braamcamp, que independentemente do perfil que cada um teve, objetivamente de cariz político, partidário, muito próprio da assunção das responsabilidades que é a forma como foi conduzido. Falamos não só da forma, como foi precipitada a abertura das propostas em pleno período de emergência, na nossa opinião até fora do prazo em que se devia ter sido aberto. Já não bastava a forma como o Sr. Presidente da Câmara assinou autonomamente uma resolução que fundamentava, a retirada do carácter suspensivo da Providência Cautelar que a enviou para o tribunal, colocando nessa resolução não apenas uma minuta em ata que nunca existiu, como um contexto específico que de alguma forma, na nossa opinião ser pouco sustentado, daquilo que se dizia do interesse público da venda ou investimento público da Quinta do Braamcamp, tinha até informação não identificada de outros textos, textos de outras pessoas, de outros autores.

Já não bastava tudo isto, e é com muito desagrado que devo dizê-lo, verificamos que a ata que aprovamos no dia 06-05-2020 sobre a ata aprovada do dia 11-11-2019 da reunião extraordinária que fizemos para venda da Quinta do Braamcamp e que foi aprovada aqui no dia 30-05-2020, é que a ata que está publicada no site da Câmara não está igual à ata que aqui foi aprovada.

Isto é de uma gravidade significativa. Há até aspetos do ponto de vista legal e formal de assinalável valor, mas o aspeto que nos parece ser mais relevante, é o da confiança no órgão e nos vários eleitos que compõem o órgão. Perante esta nossa observação queríamos naturalmente, que o Senhor Presidente nos desse informação, do que é que levou a que a ata que está no site da autarquia seja diferente daquela que nós aprovamos nessa reunião.

O **Vereador Bruno Vitorino**, mencionou que na última reunião teve uma torca de palavras com o Sr. Presidente acerca da Câmara Municipal de Cascais, foi rever o vídeo, reconhecendo que tinha razão.

Referiu que tinha uma dúvida que queria partilhar, isto é, o Vereador tem a responsabilidade da Mata Nacional da Machada onde são realizados os Campos de Férias há muitos anos e com uma afluência muito grande e, pela primeira vez em muitos anos, não faz a mínima ideia do que deverá fazer. Solicita, assim, que na própria reunião ou em privado alguém possa ajudar na decisão que deve tomar. Isto porque os ATL vão poder abrir por Lei, já há escolas a reabrir para as idades a que os Campos de Férias se destinam, mas existem depois as especificidades próprias, os monitores com 17, 18 anos e as características próprias do local, fazendo, naturalmente, com que seja impossível o distanciamento social.

O Vereador mencionou a carga de água que caiu há oito dias atrás, dando origem às inundações do costume, nos sítios do costume. Neste sentido, questionou o Sr. Presidente se se tratou de uma situação excecional, de uma carga de água anormal, ou se de facto se deixou as sarjetas todas entupidas, ou se foi a conjugação de fatores?

Relembrou o Executivo, principalmente o Sr. Vereador Rui Braga, que acerca de um ano apresentou uma proposta para que houvesse uma viatura para a PSP no âmbito da escola segura aquando da renovação da frota. Alertou que o processo de renovação da frota já teve início e lembrou o Sr. Vereador que quer, naturalmente, materializar a sua proposta.

Relativamente ao túnel e à intervenção de limpeza que foi feita no mesmo, o Vereador tinha alertado que depois da limpeza muito rapidamente voltaria ao mesmo, uma vez que não há uma resposta integrada, com uma operação de vigilância, de alguma ação um bocadinho musculada de fiscalização e punição. Assim, são gastos mais uns milhares de euros a limpar o túnel e dois dias depois recebe fotografias enviadas por munícipes a mostrar que já estava todo grafitado. Portanto, se quem gere os destinos da Câmara entender juntar-se ao Vereador e entender que estas matérias têm efetivamente que ser vistas de uma outra forma, e não com preconceito ideológico nas matérias relativas à videovigilância, à polícia municipal, ou à necessidade de atuar de forma mais musculada. Neste sentido, disse ao Sr. Vereador João Pintassilgo que se irá continuar a gastar o dinheiro dos contribuintes a tentar limpar, mas dois ou três dias depois já está tudo igual.

Reiterou que continua disponível para ajudar a definir uma estratégia mais séria em relação a esta questão.

Se forem feitas as contas ao longo do tempo em papeleiras que ardem, contentores do lixo que são destruídos, seguramente ficará mais caro que a polícia municipal e é preciso começar a gerir melhor o nosso património.

Quanto à Linha de Apoio à Economia Local, existem imensos empresários a passar por um péssimo bocado. Em termos nacionais de um mês para o outro houve mais cinquenta mil pessoas inscritas no Centro de Emprego, 60% dos desempregados são do setor do alojamento local, restaurantes e similares. Ninguém sobreviverá a esta situação. O Vereador volta a insistir que enquanto Câmara Municipal é necessário olhar para a especificidade de alguns setores da restauração, snack bar e prontos a comer. Trata-se de um setor específico que foi muito afetado e que é possível ter um plano de injetar dinheiro na economia local de modo a ajudar a restauração, ajudar estas empresas. Muitas ainda não receberam o lay-off, estando duplamente estranguladas.

Sugere que se crie o Vale de Ajuda carregado numa carteira virtual e que ajudasse efetivamente quem precisa de uma refeição quente, ajudar as pessoas que estão a passar dificuldades ao dia



de hoje. Quanto aos que estão em pobreza crónica, para esses existem respostas sociais, mas para os da classe média que está com dificuldades, para esses em concreto é que se pode, se deve e existe a obrigação moral de ajudar.

Se se conseguir ter o envolvimento e a ajuda ao comércio local com a injeção de capital e ajuda às pessoas que precisam, ajudas que podem ser feitas também às famílias através do IMI, da fatura da água, situação já falada e com abertura para ver essa matéria.

Há a necessidade que os serviços da Câmara sejam proactivos para o apoio à economia local, para os pequenos comerciantes que não têm o acesso à informação dessas mesmas linhas de apoio.

Um outro assunto abordado pelo Vereador Bruno Vitorino prende-se com a distribuição de máscaras. Neste sentido volta a questionar se já existe uma data prevista para a distribuição de duas máscaras comunitárias, que foi diversas vezes falado e depois foi comunicado que iriam ser enviadas para casa de todos os barreirenses. O Vereador insiste na necessidade de informar e formar a população, através do Gabinete de Apoio à Família, relativamente ao uso das máscaras, que tipo de máscaras, como se usam, ações de formação para o uso de máscaras nas crianças. Não existem condições de massificação das ações de formação através deste Gabinete, mas tentará fazer algumas ações de formação.

Há cerca de noventa e cinco casos em vinte dias. Referiu que tivemos os mesmos noventa e cinco casos em dois meses, isto significa que alguma coisa não está a correr bem e estes números que temos hoje a dia vinte são iguais a antes do desconfinamento.

Assim, o Vereador afirmou que existe uma necessidade efetiva de fiscalização por parte das entidades competentes e também da Câmara Municipal, porém não temos Polícia Municipal, por questões políticas.

O Vereador afirmou que é necessário fiscalizar e lançar os alertas junto da Proteção Civil e das entidades competentes uma vez que existe muito incumprimento das normas no concelho do Barreiro, existindo uma minoria de população que não cumpre com as regras e põem em causa tudo e todos. Afirmou ainda que estas ações de fiscalização seriam muito importantes, estando com medo dos números que temos tido na área metropolitana de Lisboa, particularmente no arco ribeirinho e o Vereador terminou dizendo que teme que se este trabalho não for feito, as coisas podem não correr bem.

O **Vereador Pedro Estrela** pediu a palavra para colocar uma questão ao Senhor vereador João Pintassilgo e antes lembrou que sobre a lavagem do túnel, esta já era feita recorrentemente e periodicamente.

Senhor vereador Pintassilgo sobre a questão que colocou da candidatura e sobre a questão tarifária pergunto se o que levanta, ou o que a Ersar levantou novamente, se foi a questão do

escalonamento a indexar a parcela dos resíduos a um escalão. E se foi de facto essa a questão dizer que é uma luta antiga da Câmara, e vemos essa matéria com preocupação. Devemos ter a possibilidade de discuti-la aqui, quando houver for esse o momento, mas temos de ver a preocupação sobre dois prismas, um deles sobre o impacto que isso tem, e do aumento que provocará. Na altura tinham sido feitas algumas prospeções, simulações e que davam aumentos anuais da parcela dos resíduos anuais, na ordem dos 20% 25%, pela indexação e isso é preocupante. Temos de acompanhar essa matéria desse ponto de vista, e depois, por causa das questões do regulamento tarifário, a própria Associação Nacional de Municípios, na altura, relativamente ao regulamento tarifário da Ersar, manifestou a sua oposição por causa de algumas matérias ligadas à autonomia do poder local, autonomia regulamentar, etc. Deixamos esta nossa preocupação sobre esta matéria, para reflexão do vereador e naturalmente para reflexão dos serviços.

O **Vereador Rui Braga** informou que em relação á viatura sim, estamos atentos, estamos á espera que o maior número de viaturas ligeiras chegue. Penso que está apontado para a semana que vem, para depois fazermos essa tiragem. Está apalavrado o objetivo de duas viaturas.

Comercio Local – Não interpretem da minha última intervenção que não tínhamos a consciência que os empresários estão todos a passar um mau bocado. Das grandes empresas ao comercio local. Eu fiquei assustado quando o ouvi falar que ninguém vai sobrevivera isto. Está claro que vamos todos conseguir sobreviver a isto. Das autarquias ao estado aos empresários temos de alguma forma de nos reinventar com formas criativas de pôr a economia a mexer, com apoios e outro tipo de ideias. Nós Câmara não estamos a olhar para estatísticas. Já aqui por unanimidade foi aprovado um pacote de apoio aos empresários. É preciso fazer mais e adaptarmos, claro que sim. O governo também tem um pacote que vai lançando e tem efeito na economia real. Eu não estou a desdramatizar porque não temos consciência. O que eu estava a dizer é que não tenho conhecimento à data de nenhuma empresa no Barreiro ou comercio local que vá fechar ou em situação do fecho de portas. Estamos atentos e proativos, claro que sim. Ir amadurecendo e ter novas medidas, algumas até temos do ponto de vista teórico concordância.

Só um comentário à intervenção do Sr. Vereador Rui Lopo sobre a Braamcamp. É notório que a CDU tem uma posição tomada sobre a Braamcamp, que já estava tomada quando discutimos vender ou não vender a Braamcamp, as características, os cadernos de encargos. Mas está a ter uma posição definida. Agora que estamos no tempo em que o processo vive momentos em tribunal. Assistimos na última intervenção do sr. Vereador Rui Lopo algumas coisas que são autênticas sentenças. Portanto vamos manter a nossa coerência de não comentar aquilo que é a providencia cautelar que foi instaurada. Não vamos comentar o requerimento que foi colocado pela Associação e foi indeferido pela Juíza. Não vamos comentar o processo em tribunal, como

não fazemos em processo nenhum. Nem temos a ousadia de proferir sentenças. É de alguma forma extraordinário que esta vontade de utilizar o Processo Braamcamp onde a CDU toma posição contra o executivo da qual faz parte, onde tem a sua razão certamente. Tudo serve para estimular aqueles argumentos que são de populismo. Ficamos a saber que um eventual erro dos Serviços a carregar uma ata no site é falta de ética. Para quem ouviu o Sr. Vereador Rui Lopo ficou a saber um eventual erro de um serviço a carregar uma ata porque é relativo à Braamcamp é falta de ética do Sr. Presidente da Câmara. Isto é tão só um exagero, como roça a falta de educação. A ata que está no site é a mesma que foi aprovada. Se aquilo que estiver a dizer for verdade, não espero outra coisa que não seja o Sr. Vereador Rui Lopo a retratar-se daquilo que disse. Assim é ética política. Como nós não aceitamos lições de ética política de ninguém também não faz parte desta intervenção ter a ousadia de dar lições a alguém, mas este tipo de coisas não pode deixar de ser dito. É feio acusar um Presidente eleito pelo povo do Barreiro de falta de ética. Eu não sei que tipo de ética é que o Sr. Vereador Rui Lopo conhece, leu, estudou, certamente aquela que falou com o amigo no café é aquela que lhe tolda o raciocínio. Porque isto está em processo no tribunal, significa outra coisa, se calhar configuraria em crime. Não me sentiria bem comigo mesmo se não fizesse aqui esta observação.

O **Vereador João Pintassilgo** informou que sobre a questão dos SMTC , Carros Cheios – estamos a falar da área de perceção. Quando um autocarro leva 52 passageiros, aparentemente para quem está de fora está cheio. Mas comparar com o passado em que andavam vazios, não tem qualquer comparação. Um autocarro tem uma lotação de setenta e tal passageiros, chegou a andar supera lotado com quase oitenta passageiros. Cheios, quem olha para o autocarro com 53 pessoas. Não está cheio está a cumprir com o que esta estipulado. Estamos a acompanhar e a monitorizar quase diariamente. Estamos a utilizar no terreno os nossos fiscais e, portanto, posso garantir. Pode pontualmente acontecer transportar 53 ou 54 pessoas.

Carga de água – Prova que efetivamente a carga de água foi conjuntural, e efetivamente não houve problemas. Os problemas que existem na rede do Barreiro são exatamente os mesmos problemas que existem nos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Estas cargas de água têm a ver com as alterações climáticas que estão a ocorrer. Por outro lado, em termos de projeto de construção civil eu sou do tempo que se fazia projetos de drenagem com base nos últimos 50 anos. De alguns anos para cá, depois das celebres cheias em Lisboa passaram a levar em atenção os últimos 100 anos. A prova que efetivamente foi conjuntural é que rapidamente, após parar a carga de água rapidamente escoar. É uma situação perfeitamente normal enquanto houver cargas de água.

O **Vereador Rui Lopo** pediu a palavra para apresentar um protesto porque o Senhor Presidente não o deixou intervir. Disse que ficou claro que o Senhor Presidente da Câmara, na primeira

sessão em que combina uma metodologia de bom senso, com alguma capacidade para dialogar e de ter amplitude necessária para todos e para se poder intervir na exata medida do possível, usou-a da pior forma. O Senhor Presidente disse-me que eu não posso intervir e vai encerrar o ponto, quando na intervenção que aqui assistimos do Senhor vereador Rui Braga, foi uma intervenção claramente pessoalizada, não houve ali nenhum argumento. Havia um argumento de que eu gostava muito que tivesse tido a oportunidade de ser discutido, que é: “o que é que eu digo que foi alterado na ata e o que é que vocês acham que não foi alterado na ata”. Eu tenho ali as duas atas. Essa é a discussão que interessa às pessoas que nos seguem a partir de casa. Se é essa a discussão que V. Exas. não querem ter - o Senhor Presidente interrompeu o vereador Rui Lopo e disse-lhe que o que está a dizer já não é um protesto. O vereador Rui Lopo pergunta ao Senhor Presidente se ele lhe quer tirar a palavra. O Presidente respondeu que não quer tirar a palavra mas que o vereador faça um protesto e não uma intervenção. O Ver Rui Lopo respondeu eu vou continuar com o meu protesto. O que gostava muito de ver aqui no debate, são questões de substancia, e as questões de substancia estão relacionadas com as atas que aqui coloquei, e que não foram respondidas pelo vereador Rui Braga. Gostava que me fosse conferida a oportunidade de vir aqui contrapor aquilo que foi dito, porque não estamos a falar de um erro de carregamento, não estamos a falar de nenhuma questiúncula, estamos a falar de questões substantivas que alteram uma parte da ata e era importante que debatêssemos isso e isso sim seria verdadeiramente importante. Eu não acusei ninguém de falta de ética, se serviu a carapuça alguém, o que eu disse foi que falei com um amigo sobre ética e de ideologia, não acusei ninguém de falta de ética, e muito menos falei de crime, quem falou de crime foi o vereador Rui Braga.

O **Presidente Frederico Rosa** respondeu, Sr. Vereador Rui Lopo eu percebo que queira fazer o número do ataque pessoal. Desde o primeiro dia que é assim, toda a gente já sabe e está à espera disso, não é novidade. Mas dizer que acertámos a tipologia da reunião e o sr. Presidente quer tirar a palavra. O período antes da ordem do dia tem sessenta minutos, nós tentamos autopreservar-nos a dez minutos. O Sr. Vereador se calhar percebeu que era dez minutos de cada vez. Estamos em duas horas antes da ordem do dia Sr. Vereador. Eu percebo que queiramos eternizar a discussão. Existe regras. Nós estamos há uma hora de cinquenta e seis minutos dos quais o Sr. Vereador falou cerca de cinquenta e cinco minutos.

As máscaras – A informação que temos é que as máscaras chegarão todas até ao final da desta semana. Depois faremos a distribuição com o folheto informativo. Para além disso hoje vai ser liberto um vídeo de pedagogia feito por duas profissionais de saúde que integram a comissão sobre os diferentes tipos de máscaras e a diferente utilização. Vou dar-lhes um exemplo pragmático. Aquelas pessoas que usam a máscara com válvula. É uma máscara que passa as

coisas para terceiros. Esta máscara protege apenas o próprio não protege terceiros. Penso que o vídeo foi filmado hoje de manhã e vai ser publicitado e peço que partilhem o vídeo porque contem informação muito importante. As várias tipologias de máscaras, o tirar, o colocar as máscaras, o ajuste nasal ou para que lado é o azul nas máscaras cirúrgicas.

A questão dos donativos – O que queria dizer é que a Câmara não fez nenhuma publicitação que deu ou não deu. Aquilo que fizemos foi adquirir este produto á empresa. A empresa percebendo para o que era não quis vender e dou. O custo desta medida foi de 0,50 cêntimos por Kit. O Kit individual ficará a cerca de 0,50 cêntimos cada um.

A questão da Braamcamp – Sobre as atas aquilo que tenho a dizer é que não tenho dúvidas que a ata válida é aquela que foi aprovada. Eu não sei o que está carregado no site, mas a ata que é valida é aquela que foi aprovada. Eu também percebi que o Sr. Vereador acusou o presidente de falta de ética. À uma coisa que eu não tenho dúvidas nenhuma, a CDU vai fazer tudo para impedir o investimento no Barreiro nesta matéria e nós tudo vamos fazer para levá-lo à avante naquilo que são as decisões votadas quer em Reunião de Câmara quer em Assembleia Municipal.

O **Vereador Rui Braga** informou sobre as esplanadas, tínhamos falado aqui na última reunião de Câmara que nós íamos tentar regulamentar, para de alguma forma incentivar o comércio a vir para a rua. Os Serviços não tiveram tempo de agendar o Ponto para esta reunião de Câmara, mas eu penso que será simples e podemos debatê-lo.

O Outro ponto que trago é o Programa do Procedimento do Concurso da Escola número 3. A avaliação que faço é de que é um conjunto de documentos muito técnicos e estando pronto eu penso que a urgência da escola número 3 é reconhecida por todos. É importante lançarmos o concurso para que o mais breve possível a escola número 3 possa estar de novo em construção. Se houver algum constrangimento por parte de algum Sr. Vereador, depois tomamos algumas medidas necessárias. É um documento técnico e a discussão política está na folha da proposta.

O **Vereador Pedro Estrela** disse que sobre a introdução do ponto na ordem de trabalhos não temos nada a opor. A primeira proposta, sobre as esplanadas, como já tínhamos referido na reunião anterior, é mais objetiva no sentido de ser mais fácil a sua votação. O outro ponto sobre a Escola 3, já não é tão fácil, mas ainda assim consideramos importante a inclusão. Agora, sendo um processo mais complexo, independentemente de ter aspetos muito técnicos, colocávamos a questão de podermos analisar primeiro o conjunto da documentação. Se não houver condições para votar, como provavelmente na próxima semana vai haver reunião extraordinária podemos incluir o ponto só para votação, independentemente de hoje se fazer a avaliação, mas desde já concordamos com a inclusão.

O **Vereador Rui Lopo** pede a palavra para dizer ao Senhor Presidente que gostava de poder sempre falar, mas que há pouco não lhe foi permitido fazer um debate que gostava que se tivesse feito, que foi sobre as atas e acabamos por não discutir. Sobre este ponto em concreto, foi-nos distribuído hoje como o vereador Rui Braga sabe muito bem. Estamos a falar de uma empreitada de mais de dois milhões de euros, independentemente dos aspetos técnicos, nós eleitos da CDU como sabem não trabalhamos apenas os que estão aqui na Sessão de Câmara. Há mais que gostam de opinar sobre a matéria, há mais que gostam de ler sobre o assunto e, portanto, estávamos disponíveis para ouvir as explicações do Senhor vereador Rui Braga tivesse para dar, mas a nossa discussão, a nossa reflexão, a nossa opinião sobre mesmo alguns aspetos técnicos queremos-la fazer e precisamos de algum tempo para fazer.

A **Vereadora Alexandra Silvestre** pediu a palavra para clarificar, dizendo que não se sentem confortáveis com a votação deste ponto Escola 3 nesta sessão, uma vez que a resolução da obra, foi feita inicialmente por trabalhos a mais que se diz serem necessários, e que já excediam aquilo que era permitido, e que apesar de ser um documento técnico, pretendíamos ter tempo para analisar, para ver se os erros e omissões que existiam estão incluídos neste projecto, não nos parece termos tempo agora para olhar para esta proposta, até porque não temos connosco o projecto anterior, por este motivo não existe condições para votar este ponto hoje.

#### - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -

Apesar da sua natureza pública que determina a existência de um período de intervenção do público, previsto no art.º 49º nº 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devido à pandemia Covid-19, esse período de intervenção não se realizou.

#### - ORDEM DO DIA -

##### **1. Ata da reunião ordinária pública da CMB realizada em 19 de junho de 2019**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 207/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo B**".

A vereadora Zélia Leal Mendes da Silva, não participou na votação conforme o disposto no nº 3 do artigo 34 do DL nº 4/2015 de 7 de janeiro

##### **2. Ata da reunião ordinária pública da CMB realizada em 7 de agosto de 2019**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 208/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo C**".

A vereadora Zélia Leal Mendes da Silva, não participou na votação conforme o disposto no nº 3 do artigo 34 do DL nº 4/2015 de 7 de janeiro

**3. Ata da reunião ordinária pública da CMB realizada em 06 de novembro de 2019**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 209/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo D**".

As vereadoras Zélia Leal Mendes da Silva e, Pedro Estrela e Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre não participaram na votação conforme o disposto no nº 3 do artigo 34 do DL nº 4/2015 de 7 de janeiro

**4. Ata da reunião ordinária pública da CMB realizada em 20 de novembro de 2019**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 210/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo E**".

Os vereadores João António da Silva Pintassilgo, Pedro Miguel Estrela, Alexandra Maria dos Santos Gomes Alves Silvestre, e Bruno Jorge Viegas Vitorino. Não participaram na votação conforme o disposto no nº 3 do artigo 34 do DL nº 4/2015 de 7 de janeiro

**5. Ata da reunião ordinária pública da CMB realizada em 18 de dezembro de 2019**

Proposta retirada encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo F**".

**6. Ratificação de Protocolo de Apoio – COVID-19 celebrado entre Baia do Tejo, S.A. e o Município do Barreiro – Aceitação de donativo**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 211/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo G**".

**7. Aceitação de donativos em espécie – IKEA PORTUGAL, Móveis e Decoração, Lda.; BAIA DO TEJO, S.A. e SOVENA PORTUGAL Consumer Goods, S.A. à Câmara Municipal COVID-19**

Proposta retirada encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo H**".

**8. Alteração à calendarização do Ciclo OP 2019/2020 – Cláusula Décima Nona do Regulamento do Orçamento Participativo do Barreiro 2019/2020**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 212/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo I**".

**9. Devolução de verba – Taxa cobrada em sede de pedido de Vistoria Técnica – Proc.º RE/2019/160**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 213/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo J**".

**10. Ratificação do Despacho n.º 230 – Mercado de Levante do Lavradio – Processo 493/VA**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 214/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como "**Anexo K**".

**11. 3ª prorrogação do prazo da empreitada de construção da “Estação Elevatória de Águas Residuais do Bairro da Liberdade”**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 215/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo L”**.

**12. 5º Aditamento ao Alvará de Loteamento nº 3/92 – Quinta Francisco Rodrigues – Santo André – LT/2001/162**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 216/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo M”**.

**13. Isenção do pagamento das taxas previstas no artigo 67º do Regulamento de Taxas no âmbito das obras realizadas em sepulturas pelos canteiros do município – medida excecional**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 217/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo N”**.

**14. Condições espaciais para instalação de mobiliário urbano no Concelho – Medida de estímulo à economia e comércio local**

A Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE**, a proposta acima referenciada que passou a integrar a **Deliberação nº 218/2020** encontrando-se inserta no final desta ata como **“Anexo O”**.

**- ENCERRAMENTO DA REUNIÃO E APROVAÇÃO DA ATA-**

Os textos das deliberações (propostas) foram aprovados em minuta, nos termos da deliberação nº 3/2018 tomada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 12/01/2018, tendo para o efeito sido assinadas pelo Sr. Presidente da Câmara e por quem as lavrou.

Não havendo mais nada a tratar o Sr. Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a presente reunião, pelas dezanove horas e dezoito minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada por **UNANIMIDADE** na reunião de 21 de outubro de 2020, vai por mim ser assinada, Carla Filipe, Chefe da Divisão Jurídica e de Administração Geral, que a lavrei na qualidade de secretária e pelo Sr. Presidente da Câmara Frederico Rosa.

O Presidente

  
(Frederico Rosa)

A Secretária

  
(D<sup>a</sup> Carla Filipe)